



Alison

TAMBÉM NESTA EDIÇÃO:

64° CONAD

Confira o especial sobre o evento que ocorreu entre 11 e 14 de julho, em Brasília
PÁGINAS 4, 5 E 6

MANIFESTO

ANDES-SN aprovou manifesto de alerta em defesa do ensino superior público e gratuito
PÁGINA 6

JURÍDICO

Isenção de IR e redução no pagamento de previdência para aposentado(a) com doença grave
PÁGINA 8

Editorial

A proposta do Ministério da Educação apresentada à sociedade brasileira no dia 17 de julho de 2019, denominada FUTURE-SE, visa concretizar o fim da universidade pública como conhecemos. O projeto propõe que as Universidades e os Institutos Federais passem a ser administrados por uma Organização Social (OS), colocando o patrimônio público nas mãos da iniciativa privada e deixando ao mercado o controle da construção do conhecimento em nosso país.

Essa questão da gestão se dar por meio de uma organização social é central para compreendermos o quão perverso é o programa apresentado pelo MEC! É preciso que fique claro para toda a comunidade o que significa ter uma OS gerindo uma Instituição de Ensino Superior (IFE). De acordo com a Lei n. 9637/98, OS “são entidades privadas sem fins lucrativos que têm auxílio do Estado e que tratam de algum interesse para a comunidade”. Na teoria, uma OS não tem fins lucrativos, no entanto, é uma entidade privada, e, como tal, possui interesses particulares, bem como intencionalidade e propósitos determinados, tanto quanto questionáveis, uma vez que não visa à pluralidade e ao interesse social e coletivo, diferentemente da forma atual de gestão das IFEs que é feita pela comunidade universitária, por intermédio de um conselho universitário e de uma reitoria indicada via consulta por essa mesma comunidade. Alertamos que, neste contexto, com esse programa e considerando a atual conjuntura, o texto do Projeto de Lei descreve que a contratação das OS para a gestão das IFEs poderão ser celebrados com organizações sociais já qualificadas pelo Ministério da Educação ou por outros Ministérios, sem

a necessidade de chamamento público.

Outro ponto gravíssimo desse programa é a previsão de um fundo de investimento gerido pela OS, o qual prevê como garantia os bens patrimoniais das IFEs - prédios, laboratórios, maquinários e equipamentos de pesquisa, entre outros. Essa lógica do fundo de investimento muda a forma como compreendemos a educação, a qual passa a ser tomada por um viés produtivista e pragmático, voltada unicamente para a produção de resultados imediatos, com enfoque em um tipo muito específico de resultado: o financeiro, sob a forma de LUCRO. A pergunta que nos fazemos é: Será que a finalidade de uma universidade é apenas gerar lucro? E se a IFE não der LUCRO? FECHA-SE A UNIVERSIDADE?

Precisamos, urgentemente, refletir acerca da função do espaço universitário: Quais são os seus propósitos? A quem a universidade pública e gratuita deve servir? Para que ela existe?

Considerando esses aspectos, é preciso lutar para defender a Universidade e os Institutos Federais como patrimônio do povo brasileiro, como espaços de educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada. A Universidade pública é do povo brasileiro! Sim, é da população brasileira, do povo trabalhador que é quem, fundamentalmente, paga os impostos neste país! Não são as empresas que pagam impostos, visto que TODOS, sim, TODOS OS IMPOSTOS estão contidos nos produtos e serviços que nós, e toda a população brasileira, consumimos. Nem estamos entrando aqui na questão da sonegação e das isenções tributárias, que remeteria a uma apropriação indébita por parte das empresas.

Considerando que a universidade pública é do povo brasileiro, precisamos re-

pensar a quem a universidade, nas suas funções de ensino, pesquisa e extensão, deve servir. Nossas pesquisas estão voltadas aos interesses dos brasileiros? Que tipo de pesquisa estamos fazendo na universidade? Fazer pesquisas voltadas para as empresas interessa a quem? As empresas estão dispostas a investir em pesquisa e inovação?

Esses questionamentos devem ser feitos por nós! Temos que realizar uma análise crítica e compreender o que é o programa FUTURE-SE. Além disso, ainda, compreender qual é o nosso compromisso como servidores públicos, como servidores da educação! Estamos na universidade para enriquecer? Não! Estamos na universidade para atuar como educadores, nossa responsabilidade é com a formação humana, de cidadãos críticos e conscientes; nosso comprometimento, pois, é com a sociedade e com o bem-estar social e coletivo.

Sobre o FUTURE-SE, NÃO TEMOS DÚVIDA DE QUE VISA AO FIM DA UNIVERSIDADE E DOS INSTITUTOS FEDERAIS A LONGO PRAZO. Afirmamos isso a fim de que todos se mantenham atentos a um discurso que parece, inicialmente, seduzir alguns, contudo, na prática, funciona como um cavalo de troia. Por isso, não podemos nos enganar!

O “FUTURE-SE” não resolve os problemas que vivenciamos nas IFEs, ele os agrava! É necessário, então, fazermos uma ampla discussão sobre o papel da universidade pública brasileira na contemporaneidade, com um olhar voltado para a lógica educacional e não para a lógica empresarial (do mercado e do lucro), pois sabemos que EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!!!

DIRETORIA BIÊNIO 2018/2020

PRESIDENTE: Professor Cristiano Ruiz Engelke - ICHI/FURG

VICE-PRESIDENTE: Professora Marcia Borges Umpierre - ICEAC/FURG

1º SECRETÁRIO: Professor Máio José Junges - EQA/FURG (Aposentado)

2º SECRETÁRIA: Professora Amanda Moita Angelo Castro - IE/FURG

1º TESOUREIRO: Professor Lucas Santos Cerqueira - ICEAC/FURG

2º TESOUREIRA: Professora Roberta A. Machado - IF

SUPLENTE

1º SUPLENTE: Cassiane de Freitas Paixão - ICHI/FURG

2º SUPLENTE: Professora Jaqueline Durigon - ICB/FURG

3º SUPLENTE: Professor Eduardo Dias Forneck - IO/FURG

4º SUPLENTE: Professor Gustavo Borba Miranda - IFRS

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Jornalista: Diego Balinhas - MTB/RS 15.569

(imprensaprofurg@gmail.com)

REVISÃO DE TEXTO: Eliza Braga

REDAÇÃO: Av. Itália s/nº, sede da APROFURG
Campus Carreiros FURG - Contato: (53) 3230 1939

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:
Editora Casaletras - contato@casaletras.com

TIRAGEM: 1500 exemplares

Impresso em papel ímune e conforme inciso VI
Artigos assinados são de responsabilidade dos autores
Distribuição gratuita

Charge

POR ALISSON AFFONSO



INÉDITOS
Sábados às 11h

REPRISES
Segundas às 21h

FURG FM - 106,7
online - www.furgfm.furg.br



64° CONAD OCORREU ENTRE OS DIAS 11 E 14 DE JULHO EM BRASÍLIA



A 64ª Edição do CONAD ocorreu entre os dias 11 e 14 de julho e é um dos eventos mais importantes do ANDES-SN. As atividades ocorreram em Brasília (DF), na Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB). O tema central deste ano foi: “Em defesa da educação pública, dos direitos sociais e das liberdades democráticas”. A APROFURG - Seção Sindical do ANDES-SN marcou presença mais uma vez no evento com 1 delegado e 3 observadores(as). A escolha da delegação ocorreu no dia 22 de maio, em assembleia geral realizada na sede do Sindicato.

O 64º Conad foi realizado em meio a um contexto de lutas aos constantes ataques à educação pública e à Previdência Social provenientes do atual governo. Universidades, Institutos Federais e CEFETs sofrem com cortes de verbas, ataques à liberdade de aprender e ensinar e com a flexibilização de direitos.

A primeira atividade do dia 11 foi a apresentação da Quadrilha Brilho do Luar, um tradicional grupo folclórico, que foi fundado no ano de 1990, na Região Administrativa (RA) de Paranoá, tendo como objetivo a manutenção das tradições juninas e cultura nordestina, visto que seus fundadores vieram do nordeste e não abandonaram sua raiz cultural. Além disso, a quadrilha Brilho do Luar mantém o intuito de propagar a alegria e a irreverência aos locais onde se apresenta.

Logo após o espetáculo teve início a Plenária de Abertura e a Plenária de Instalação. O representante da reitoria da Universidade de Brasília, Paulo Cesar Marques, salientou, durante a sua fala, a

importância de um evento desta magnitude acontecer na capital do País. “É uma alegria ver a ADUnB voltar a sediar um evento do ANDES-SN. A realização desse Conad se reveste de uma importância singular, pois o momento que nós estamos vivendo é ímpar, e o peso de falar mais próximo e mais de perto a quem precisa nos ouvir é essencial”, explicou Marques.

O professor da UnB ainda salientou que a unidade da luta tem que ser cada vez mais forte. “Precisamos dessa força e aliança, nós estamos atuando junto à administração da Universidade, e a reitoria reconhece a importância da unidade e da luta, para uma educação pública, gratuita e de qualidade, e das instituições públicas de ensino de um modo geral”, acrescentou.

Para o delegado e presidente da APROFURG, Cristiano Engelke, a semana do CONAD começou de forma triste. “Um dia muito importante na nossa história, porém triste, a aprovação da reforma da previdência em primeiro turno, no último dia 10 de julho, representou uma perda sem precedentes aos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil, bem no dia em que a nossa delegação chegou na cidade de Brasília”, disse Engelke.

O presidente da Aprofurg também comentou os próximos passos e a realização do 64º CONAD na cidade de Brasília. “A gente inicia o evento dentro do espaço da ADUnB em um momento histórico, importante e fundamental. Eu desejo que nós possamos organizar e reconstruir a luta em um dos momentos mais importantes da classe trabalhadora brasileira. Os ataques que sofremos com a reforma da previdência não terminam por aí, além disso, outros ataques

já estão acontecendo e seguirão se aprofundando cada dia mais”, reiterou.

Segundo a observadora e vice-presidente da APROFURG, Marcia Umpierre, os brasileiros e as brasileiras não podem ter memória curta. “Passamos por um momento muito triste para todos nós trabalhadores e trabalhadoras, tanto da iniciativa privada quanto da esfera pública. O Conad tem um papel fundamental neste momento e serve para que a gente possa organizar as nossas lutas e pensar nas estratégias de como vamos seguir atuando até a chegada do texto da Reforma da Previdência no Senado. É importante nós ficarmos organizados e mobilizados, para mostrarmos para os deputados e deputadas que nós não vamos esquecer seus nomes e eles não serão reeleitos, pois nós não admitimos que essas pessoas que votam contra o povo, sejam representantes do povo”, comentou Marcia.

Durante o período da tarde ocorreu a Plenária do Tema I - “Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 38º CONGRESSO.

LANÇAMENTO DA 64ª REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

Também durante a plenária de abertura foi lançada a edição nº 64 da Revista Universidade e Sociedade com o tema “Transformações no Mundo do Trabalho e Opressões de Gênero”. A revista traz artigos e entrevistas, como a da ativista Débora da Silva, coordenadora do movimento Mães de Maio, que luta contra a violência de Estado, e com a parlamentar argentina, Romina Del Plá. Além de

reportagens e outras contribuições relacionadas ao tema.

Para Luiz Blume, 1º vice-presidente da Regional Nordeste III do ANDES-SN e membro da diretoria executiva da revista, a publicação é importante para contribuir na formação dos docentes e instrumentalizar os debates da categoria. “Essa revista é o nosso maior patrimônio. Nós somos trabalhadores intelectuais, o nosso ofício é pensar ciência e fazer política. Então, é importantíssimo os professores enviarem artigos à revista para que ela se mantenha. Pedimos, ainda, a colaboração e empenho dos colegas em divulgá-la tanto impressa quanto por meio digital”.

NÚMEROS DO 64º CONAD

Estavam presentes na 64ª edição do Conad 50 delegados e 120 observadores, representando 58 seções sindicais, além de dois convidados. Também foram credenciados 38 diretores do ANDES-SN, totalizando 210 participantes.

ATO 12 DE JULHO

O Conad é uma instância deliberativa do ANDES-SN. Entre as suas atribuições, estão a implementação de decisões retiradas do último congresso do sindicato; a análise de relatórios financeiros, prestação de contas e previsões orçamentárias da entidade; e a criação de comissões ou grupos de trabalho. Nesse ano, coincidiu com o Dia Nacional de Lutas e com o Congresso na União Nacional dos Estudantes (Conune). Dessa forma, os docentes participantes também irão integrar-se ao ato que acontecerá na capital no dia 12, às 10h, com concentração em frente ao Museu Nacional.

64º CONAD REALIZA DEBATES E DELIBERA SOBRE O PLANO DE LUTAS

Depois de dar uma pausa na programação oficial do 64º CONAD para participar do Ato Unificado na Esplanada dos Ministérios, durante a manhã do dia 12 de julho, o ANDES-SN seguiu com as discussões nos grupos mistos de trabalho na Universidade de Brasília.

A manhã do terceiro dia do 64º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) foi reservada para as discussões do Grupo Misto IV, que teve como tema as questões organizativas e financeiras. Já no período da tarde, o auditório da Casa do Professor (UnB) teve um momento cultural, com a apresentação da Mestre Martinha do Coco.

Há mais de dez anos, a recifense Martinha do Coco está envolvida no mundo da música, compondo, cantando e disseminando a cultura de ritmos como o maracatu, o samba de coco e a ciranda no Distrito Federal. Vale salientar que as apresentações culturais são uma marca registrada dos grandes eventos do ANDES-SN, como os Congressos e Conads da categoria docente universitária.

LANÇAMENTO INFORMANDES ESPECIAL

Antes do início da Plenária do Tema 2, a coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas de Classe, Questões Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) lançou um Informandes Especial sobre o aborto no Brasil. A ação faz parte do GT que vem pautando este assunto desde o 37º Congresso do ANDES-SN. Na ocasião, foi aprovada a luta pela descriminalização do aborto, e no 38º Congresso foi aprovada a luta pela legalização do aborto. O material traz todo o histórico de luta das mulheres em relação ao tema e a importância da defesa da pauta, em um país que o feminicídio não para de crescer.

PLENÁRIA

Os professores e professoras começaram as discussões pelo Tema 2 - Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização do(a)s trabalhadore(a)s. Dois temas estiveram entre as discussões centrais dos Textos de Resolução (Trs), a CSP Conlutas - Central Sindical e Popular e o Encontro Nacional de Educação (ENE). O TR 14 tratou sobre a política de formação sindical, além do balanço da CSP-CONLUTAS para o seu IV Congresso. Os professores e professoras deliberaram que o ANDES-SN reivindique que a Central invista no fortalecimento, em âmbito nacional, do Fórum Sindical, Popular e de Juventude, de luta por direitos e liberdades democráticas, e contribua com sua criação no âmbito estadual, fortalecendo a atuação junto com a Central. Também no mesmo assunto, o TR 31 do ANDES-SN autorizou a participação das Seções Sindicais no 4º Congresso da CSP-Conlutas, que vai ser realizado entre os meses de outubro e novembro de 2019.

Já sobre o Encontro Nacional de Educação (ENE), o TR 28 deliberou que o Sindicato Nacional pautará, junto à Coordenação Nacional das Entidades em Defesa da Educação Pública e Gratuita (Conedep), a convocação sobre o IV ENE a ser realizado em 2021. Além destes apontamentos, a plenária incluiu discussões sobre política agrária, urbana e ambiental; política de classe, gênero e diversidade sexual; política de seguridade social e assuntos de aposentadoria; política



de ciência e tecnologia; política de comunicação e arte; políticas para carreira docente e verbas; políticas para barrar os retrocessos na educação.

PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO

Ainda sobre plano de luta de política educacional, foi aprovada a inclusão de um novo item que trata da mais recente proposta do governo federal que fere a autonomia financeira das universidades. Durante a realização do Conad, foi anunciado pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, o lançamento, na próxima quinta-feira, do programa "Future-se".

Por conta disso, os docentes aprovaram a formação de uma comissão para produzir um manifesto que servirá como um alerta para que a base mantenha-se mobilizada para o enfrentamento a essas questões, segundo afirmou o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves. A comissão, composta por cinco docentes da base e um da diretoria nacional, foi eleita durante a plenária e ficará responsável por produzir o texto que será apreciado ainda durante o Conad.

Tendo como foco o Ensino Superior, o programa "Future-se" pretende privatizar as universidades federais ao promover a autonomia financeira das instituições, ou seja, torná-las empresas. As universidades públicas não serão mais administradas sob o regime jurídico de direito público, deixando de ser autarquias, e fazendo com que seja implementada uma política

de cobrança de mensalidade para cursos gratuitos.

GREVE GERAL

Foi deliberado também durante as discussões a construção por meio das seções sindicais e da atuação em espaços unitários de luta, o dia 13 de agosto como dia nacional de lutas e paralisações da educação e, se possível, como nova data da greve geral contra a Reforma da Previdência e outros ataques do governo de extrema-direita.

NÚMEROS ATUALIZADOS CONAD

Os números do 64º CONAD foram atualizados. O evento conta com 62 delegados e delegadas, e 134 observadores (as), representando 64 seções sindicais, além de quatro convidados. Também foram credenciados 38 diretores do ANDES-SN, totalizando 238 participantes.

PROGRAMAÇÃO

Inicialmente prevista para ocorrer na noite deste sábado, dia 13 de julho, a Plenária do Tema III, que trata sobre Avaliação e atualização do plano de lutas: setores, foi prorrogada para o último dia do 64º CONAD. Na programação oficial, durante o domingo, dia 14 de julho, vão acontecer as plenárias do tema IV: "Questões organizativas e financeiras, além da Plenária de Encerramento, que fecha os trabalhos do evento do ANDES-SN.



ANDES-SN aprovou manifesto de alerta em defesa do ensino superior público e gratuito

O 64º CONAD do ANDES-SN, aprovou por unanimidade na tarde do dia 14 de julho, um manifesto contra o mais recente ataque do governo federal que fere a autonomia financeira das universidades públicas e busca acabar com a gratuidade do ensino.

Os grupos mistos incluíram o assunto nos Textos de Resolução (TRs) e na noite de ontem, dia 13 de julho, foi colocado em votação durante a plenária que discutiu a atualização do plano de lutas do ANDES-SN. Imediatamente após aprovado pelos professores e professoras, uma comissão composta por seis docentes (cinco da base e um da diretoria nacional) foi formada e ficou responsável pela produção do texto. Fazem parte as/os docentes Mariana Trota (UFRJ), pela diretoria do ANDES-SN; Jacob Paiva (ADUA); Luis Antonio Pasquetti (DUnB); Claudio Ribeiro (ADUFRJ); Alyne Souza (Sindifpi) e Eudes Baima (Sinduce).

“O manifesto servirá de alerta para que a base se mantenha mobilizada para o enfrentamento a essas questões. É fundamental que as seções sindicais, a partir da publicação deste documento, se apropriem da discussão e avancem no debate para construir uma pauta de lutas específica para derrotar a tentativa de privatização da universidade”, destacou o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves.

O PROGRAMA

O programa, chamado “Future-se”, foi anunciado pelo secretário de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, em 10 de julho, um dia antes do início do Conad. Com foco no Ensino Superior, ele objetiva privatizar as universidades federais ao promover a autonomia financeira das instituições, ou seja, torná-las empresas. As instituições não serão mais administradas sob o regime jurídico de direito público, deixando de ser autarquias, e fazendo com que seja implementada uma política de cobrança de mensalidade para cursos gratuitos. O MEC irá apresentar o “Future-se” na próxima quinta-feira (18). Para isso, convocou uma reunião com a presença de reitores das universidades federais.

MANIFESTO DE ALERTA EM DEFESA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E GRATUITO

Dirigimo-nos à categoria docente, à comunidade acadêmica, aos dirigentes das Instituições Públicas de Ensino e à sociedade brasileira neste momento de grave ataque à educação pública e gratuita.

No âmbito do 64º CONAD do ANDES-SN, realizado em Brasília, os docentes tomaram conhecimento do projeto de reforma da “autonomia financeira” da educação superior pública federal, elaborado pelo Ministério da Educação (Jornal Valor, 10/07/19). Esse projeto será apresentado a reitores e pró-reitores de planejamento das Universidades Federais em reunião institucional no MEC e com a exposição do Programa Ministerial no INEP durante a semana de 15 a 19 de julho.

Diante das difusas informações divulgadas pela mídia, mas considerando o documento intitulado “Financiamento da Educação Superior no Brasil - Impasses e Perspectivas”, produzido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (Consultoria Legislativa da Câmara Federal), o Programa Ministerial poderá promover o mais profundo ataque à universidade pública, ferindo sua autonomia e impondo categoricamente sua privatização. O documento indica a necessidade de Emenda Constitucional para instituir cobrança de mensalidades e captação de recursos próprios como forma de financiamento das IES públicas. Esse procedimento, significaria a destruição do sistema público e gratuito de educação superior, alterando a atual condição de autarquia das IFES que deixariam de ser subordinadas ao regime jurídico de direito público, o que sinaliza a possibilidade de contratações passarem a ocorrer pelo regime celetista ou de contrato temporário.

Em uma só medida, o Governo pretende: a) pôr fim à carreira pública de servidores federais da educação, estimulando a concorrência perversa com novos ingressos pelo sistema de

contratação privada, sem qualquer garantia ou estabilidade de emprego; b) consagrar a desresponsabilização do Estado com o financiamento da educação superior pública, aprofundando os cortes já iniciados, que alcançam não só a sustentabilidade da pesquisa e da assistência acadêmicas, mas também a infraestrutura dos serviços mais básicos e do funcionamento das instituições de educação; c) deter e reverter a lógica inclusiva da educação superior pública federal, que, em que pesem os muitos obstáculos recentes, têm permitido que o espaço das universidades e dos institutos federais abra progressiva e democraticamente para a entrada de estudantes que expressam a diversidade econômica, racial, e de gênero que caracterizam nosso país.

Essas medidas, se aprovadas, devem se estender aos demais serviços públicos federais assim como à esfera dos Estados e municípios, particularmente às Instituições de Ensino em todos os níveis.

Precisamos estar atentos e preparados para o enfrentamento à altura da gravidade dos ataques anunciados, mobilizando a categoria docente e articulando a luta com todos os segmentos da comunidade universitária, dos IF e CEFET, em articulação com os mais amplos setores sociais para combatermos os ataques deste Programa Ministerial, em defesa da educação pública e gratuita.

Neste contexto, conclamamos a todos e todas para a construção da Greve Nacional da Educação em 13 de agosto e de uma Greve Geral para derrotar a política de privatização dos serviços públicos e a destruição dos direitos e conquistas da classe trabalhadora e do povo brasileiro.

As Instituições Federais de Ensino são um patrimônio da sociedade brasileira, precisamos defendê-las!



ATO EM BRASÍLIA

Durante o dia 12 de julho, milhares de estudantes, trabalhadores e trabalhadoras de todo o País ocuparam a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, para um grande Ato Nacional, na manhã desta quarta-feira, 12. O encontro aconteceu para reafirmar a luta contra a Reforma da Previdência e em Defesa da Educação. A Aprofurg – Seção Sindical do ANDES-SN esteve presente e participou de toda a caminhada.



ATO EM BRASÍLIA



ISENÇÃO DE IR E REDUÇÃO NO PAGAMENTO DE PREVIDÊNCIA PARA APOSENTADO(A) COM DOENÇA GRAVE

JURÍDICO

LINDENMEYER
ADVOCACIA & ASSOCIADOS

O servidor público aposentado que se aposenta em decorrência de doença grave ou vem a adquiri-la depois de aposentado (por vezes muitos anos depois de aposentado), passa a ter direito à isenção de Imposto de Renda e pagamento menor de previdência social.

A lei considera como doença grave aquelas previstas no §1º do inciso III do art. 186 do RJU:

“§ 1º Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia ir-

reversível e incapacitante, espondiloartrose avançada do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada”.

O direito à isenção de IR é contado a partir do diagnóstico da doença feita por exame médico, data que é considerada para fins de recebimento de valores “atrasados” (ressarcimento das parcelas eventualmente já descontadas de IR em contracheque).

É preciso fazer o pedido de isenção primeiro na via administrativa, e em caso de indeferimento ou deferimento parcial (sem retroativos), autorizado estaria o ingresso de ação judicial.

Em relação ao desconto de previdência social (PSS), o servidor aposentado tem descontado do seu contracheque o percentual de 11% do que recebe acima de R\$ 5.800,00 (teto do regime geral de previdência social). A partir do diagnóstico da doença grave, o desconto de 11% passa a ser devido sobre o que excede o dobro deste valor, ou seja, R\$ 11.600,00.

O tema isenção de IR e redução do pagamento de previdência para aposentados portadores de doença grave foi amplamente tratado na assembleia da Aprofurg realizada no dia 22/05.

Para mais informações, a assessoria jurídica da Aprofurg atende na sede do sindicato às terças e quintas pela manhã.